

Contextos de Inclusão e Participação de Imigrantes Brasileiros: o Papel dos Movimentos Associativistas

I. Maria Jesus¹, Isabel Menezes¹

¹ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Este estudo enquadra-se no âmbito de um projecto de investigação cujo objectivo é aprofundar o conhecimento das dimensões subjectivas da experiência migratória, acedendo aos processos inerentes à participação cívica e política dos imigrantes, bem como à relação entre a participação, sentido de comunidade de imigrantes em Portugal. Considerando que a população imigrante em contexto português mais representativa é os brasileiros, é dando foco à imigração brasileira. Neste sentido, com base numa metodologia qualitativa entrevistou-se líderes de associações de imigrantes, com vista a identificar dimensões relevantes associadas à participação cívica e política e compreender o papel das associações de imigrantes neste processo. Adicionalmente, pretendia-se compreender os contextos e as condições em que as iniciativas de inclusão e integração, desenvolvidas por parte dos movimentos associativistas, se concretizam. Os dados obtidos sugerem que a participação cívica e política dos imigrantes brasileiros é baixa tal como da comunidade imigrantes de forma geral.

Palavras-chave: Participação Cívica e Política, Imigração.

1. INTRODUÇÃO

A caracterização do envolvimento cívico e político como caracterizador de uma democracia funcional (Putman, 1993) e a preocupação dos Estados em desenvolver a democracia que alguns afirmam que continua “por vir” (Derrida, 2003, p. 37) parece justificar o interesse actual da comunidade científica com a questão da participação. Da mesma forma, o declínio dos níveis de envolvimento cívico, a baixa participação eleitoral, a diminuição da confiança pública nas instituições da democracia representativa, e outros sinais de cansaço do público (Magalhães & Moral 2008, Putman, 2000) justifica a preocupação com os processos de participação das sociedades. Assim, é num cenário migratório de complexidade inquestionável que surge este estudo, com o objectivo de compreender os factores e contextos em que a participação dos imigrantes se desenrola, de modo a contribuir para uma teoria explicativa da participação das minorias migrantes e colocar a participação no discurso das políticas de integração. Ao considerar que as associações são os principais actores na participação

cívica dos imigrantes (Teixeira e Albuquerque, 2005), pretende-se com este estudo compreender a perspectiva crítica dos dirigentes associativos no que concerne à identificação de dimensões relevantes associadas à participação cívica e política dos imigrantes brasileiros e caracterizar as funções e o papel das associações de imigrantes, bem como aceder às percepções dos dirigentes sobre o modo como os imigrantes exercem (ou não) a cidadania.

Começaremos então por uma breve contextualização da imigração em Portugal, destacando a presença de imigrantes brasileiros (objectivo deste estudo) e seguidamente, procuraremos caracterizar teoricamente a participação, descrevendo formas e contextos de expressão participativa da comunidade imigrante. Por fim, é apresentado um estudo realizado com dirigentes de associações de imigrantes, clarificando a metodologia e os procedimentos utilizados e reflectindo sobre os resultados obtidos.

IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

Até a década de 60, os fluxos migratórios portugueses caracterizavam-se essencialmente por um cariz de emigração. Com a revolução de Abril de 1974, o paradigma migratório altera-se de forma substancial e verifica-se um aumento exponencial da população estrangeira em Portugal oriunda, essencialmente, das colónias africanas portuguesas. Na década de 90, assiste-se a uma consolidação deste fenómeno, e a presença de imigrantes brasileiros passa a representar um número muito significativo no contexto da imigração. Mais recentemente, Portugal passa a ter imigrantes vindos não exclusivamente das suas ex-colónias e os fluxos migratórios vindos de zonas como o leste europeu, rapidamente passaram a assumir muita relevância (SEF, 2008). As últimas estatísticas demonstram que Portugal acolhe cerca de 440.277 estrangeiros residentes, representados em maior número na zona litoral do país (com destaque para os distritos de Lisboa, Faro, Setúbal, Porto, Santarém, Leiria e Aveiro). Actualmente, os países de origem da maioria dos imigrantes em Portugal são o Brasil, a Ucrânia, Cabo Verde, Angola, a Roménia, a Guiné-Bissau e a Moldávia, os quais, no seu conjunto, representam cerca de 71% da população estrangeira com permanência regular em território nacional (SEF, 2008). A população brasileira assume-se como a mais representativa no ano de 2008, apresentado cerca de 106.961 indivíduos, o que equivale

a 24% da população imigrante. Em termos de idade, pode-se constatar que o grupo etário 20 - 39 anos é largamente maioritário (SEF, 2008).

Se a presença de imigrantes brasileiros (de forma expressiva) em contexto português é um fenómeno recente, a presença de emigrantes portugueses no Brasil é algo mais longínquo. De facto, a relação migratória entre Portugal e o Brasil constituiu o principal movimento emigratório português ao longo de todo o século XIX, tal como acontecera durante os séculos precedentes (Garcia, 2000). Por outro lado, o facto de Portugal ser um país tradicionalmente receptor de imigrantes oriundos das ex-colónias, em número bastante maior que as restantes nacionalidades (tal como o Reino Unido, Bélgica, França e Espanha), traz algumas vantagens, tais como a partilha da cultura e da linguagem. A própria integração dos imigrantes vindo das ex-colónias é favorecida em alguns países (Vogel & Leiprecht, 2008), como é o caso de Portugal. Neste contexto, surge o acordo Luso-brasileiro, em 2003, como uma política que impulsionou e desenvolveu estratégias para a inclusão e integração dos imigrantes brasileiros, nomeadamente através do favorecimento da contratação recíproca de trabalhadores e da regularização de imigrantes brasileiros com contrato de trabalho até à data de assinatura do protocolo. Por outro lado, e não obstante o papel (favorável) dos laços históricos, culturais e linguísticos entre Portugal e Brasil no desenvolvimento de uma imagem positiva dos imigrantes brasileiros em Portugal (Padilla, 2007) os imigrantes brasileiros, tal como os imigrantes de outras nacionalidades, têm ainda alguns obstáculos no que concerne à sua integração plena e são alvo de alguns preconceitos e discriminação, sobretudo as mulheres, que são directamente associadas à prostituição (Lages & Policarpo, 2004).

Estas especificidades migratórias e alterações complexas têm sido acompanhadas por diversas evoluções nos movimentos associativos sendo que o crescimento progressivo do número de imigrantes em Portugal tem contribuído para o surgimento de novas organizações de imigrantes como espaço de participação cívica e política da comunidade imigrante (Albuquerque, 2002). Por este motivo, os movimentos associativos são considerados neste estudo como uma importante forma de participação dos imigrantes, pois visam promover a participação na comunidade em que estão inseridas (Albuquerque 2002).

Participação cívica e política em imigrantes

Nas últimas décadas, a preocupação com a participação cívica e política das sociedades tem aumentado substancialmente e as investigações mais recentes surgem no sentido de revelar que as formas mais convencionais de participação têm sofrido uma diminuição significativa (Curtice, 2005; MacFarlane, 2005; Putnam, 2000; Ostrom, 2000). A própria distinção do conceito de participação cívica e participação política não é linear e tem sido alvo de diferentes discussões (Berger, 2009). De facto, a participação política (apesar de muitas vezes considerada) não se limita a um determinado acto político como a votação nos actos eleitorais, mas refere-se a todos os processos em que os sujeitos têm uma voz nas decisões que os afectam, decisões essas que são claramente além do foro governamental, implicando uma variedade de configurações tais como escola, associações de voluntariado, família, etc. (Verba, 1967). Neste sentido, consideramos como participação política actividades desenvolvidas no sentido de influenciar ou pressionar os governos e que se refiram ao acto de votar, assinar petições, etc. (Verba, Schlozman, & Brady, 1995). Por outro lado, consideramos participação cívica as actividades realizadas voluntariamente para ajudar os outros e desenvolvidas colectivamente com o objectivo de resolver problemas da comunidade e promover mudança social (Zukin, Keeter, Andolina, Jenkins & Carpini, 2006). Nas populações imigrantes, a participação cívica e política pressupõe que o imigrante dá visibilidade à sua comunidade, colaborando com associações políticas e partidárias, associações de imigrantes, organizações de solidariedade, associações religiosas, etc. (Vogel, 2008). Os motivos facilitadores da participação assentam na motivação para: ganhar controlo sobre situações pessoais e intervir em decisões que causem impacto directo no contexto; aceder aos serviços oferecidos pela sociedade; estar integrado nos processos e movimentos sociais; e aumentar a auto-estima e auto-eficácia através do reconhecimento de direitos e capacidades (Hopenhayn, 2004). Deste modo, a participação tem sido associada a formas de inclusão e integração dos imigrantes, pois o facto de o imigrante estar inserido na comunidade e participar activamente nesta, promove o sentimento de pertença, de identificação e de apoio nas relações com os outros, e por isso tem funções integrativas e de adaptação (Sonn, 2002). Contudo, apesar de os imigrantes serem identificados como minorias em termos de participação (Putnam, 2000) os estudos sobre a participação cívica e política, raramente fazem

referências às minorias imigrantes (Gropas & Triandafyllidou, 2008), pelo que se torna pertinente a realização de estudos nesta área.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

Neste estudo foram entrevistados dois dirigentes associativos de duas associações de imigrantes. Estas associações foram escolhidas de forma informal, tendo apenas como critérios serem reconhecidas pelo ACIDI (Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Interculturalidade) e a sua intervenção dirigir-se preferencialmente aos imigrantes oriundos de países com língua oficial portuguesa. Assim entrevistou-se o dirigente associativo da AACILUS e a dirigente associativa da BURBUR.

A AACILUS – Associação de Apoio Social à Imigração para as Comunidades Sul-Americanas e Africanas – surgiu em Dezembro de 2003, com o objectivo de dar apoio social a comunidades imigrantes de língua oficial portuguesa. Assume-se como uma associação com iniciativas que visam estimular a inserção e integração sócio-cultural do imigrante na comunidade portuguesa, designadamente na área social, laboral, cultural e académica.

A BURBUR surge em 2002, inicialmente como uma associação juvenil, sendo posteriormente reconhecida pelo ACIDI como uma associação cultural de apoio aos imigrantes. A BURBUR assume o objectivo de divulgar a cultura de países com expressão portuguesa, e mostrar a ponte entre os portugueses e os imigrantes, através de actividades de cariz cultural.

2.2 Instrumentos

Antes da realização da entrevista foi preparado um guião a fim de orientar o curso da entrevista (Flick, 2005). A opção pela utilização de um guião permite por um lado a função de precisão (pedir a informação que o sujeito entrevistado não fornece espontaneamente), e por outro lado assegura o acesso à percepção dos dirigentes sobre a temática em estudo (Poirir, Clapier-Valladon e Raybaut, 1995). Desta forma, o guião constituía-se por 4 grandes questões:

(i) “Como descreve o modo de funcionamento da associação? (Quais os principais objectivos e funções deste movimento associativo? Quais as principais dificuldades e problemas no desenvolvimento das suas iniciativas?)

(ii) “ Qual o papel da associação no envolvimento cívico e político dos imigrantes? (Os imigrantes brasileiros participam em Portugal? De que forma? Têm oportunidades e recursos de participação? Quais? Qual o papel das associações no desenvolvimento de iniciativas de inclusão e integração dos imigrantes?)

(iii) “ Os imigrantes exercem a cidadania? (Os imigrantes (brasileiros) têm igual acesso aos serviços (sociais, saúde, educação) que os cidadãos portugueses? Porquê? Porque não? São considerados (ou consideram-se) cidadãos de plenos direitos em Portugal?)

(iv) “Que propostas faria para a inclusão dos imigrantes?”

2.3 Procedimentos

Para a concretização dos objectivos do estudo optou-se pelo recurso a uma metodologia qualitativa, uma vez que o objectivo é aceder ao conhecimento do entrevistado sobre uma temática e a investigação qualitativa parece estar “vocacionada para a análise de casos concretos nas suas particularidades de tempo e de espaço, partindo de manifestações e actividades das pessoas nos seus contextos próprios” (Flick, 2005, p.13). Dentro das metodologias qualitativas a opção incidiu pela técnica das entrevistas semi-estruturadas. Além disso, como foram elaboradas com vista a entrevistar especificamente sujeitos pela posição que ocupam enquanto dirigentes associativos, são classificadas entrevistas de perito (Mru & Nagel, 1991 *cit. in* Flick, 1998). Depois de realizadas as entrevistas e da sua respectiva transcrição estas foram alvo de um processo de análise de conteúdo. A análise de conteúdo foi realizada segundo um processo de categorização, de modo a aceder ao conteúdo semântico dos documentos analisados e representar de forma simplificada os dados obtidos com as entrevistas (Bardin, 2004). Após definidas as unidades de registo, procedeu-se, a uma definição de categorias baseadas nos objectivos da investigação e no discurso dos sujeitos. Posto isto, as categorias propostas são: **Objectivos e funções** (percepção dos dirigentes sobre os principais actividades desenvolvidas e objectivos da associação); **Políticas de integração dos imigrantes** (perspectiva dos dirigentes sobre as políticas portuguesas de integração de imigrantes); **Principais problemas e dificuldades** (por

parte do movimento associativo, e perspectiva das dificuldades sentidas pelos próprios imigrantes); **Participação** (percepção do envolvimento cívico e político dos imigrantes brasileiros, e das oportunidades e recursos de participação dos imigrantes); **Integração dos imigrantes brasileiros** (percepção sobre os movimentos associativos no processo de integração dos imigrantes e da efectiva integração dos imigrantes brasileiros); **(Des) igualdades e cidadania** (percepções sobre desigualdades em termos de acesso aos serviços por parte dos imigrantes e concepções de cidadania).

3. RESULTADOS

Segue-se a representação das categorias e a respectiva transcrição de excertos que nos parecem elucidativos do discurso dos dirigentes associativos.

Objectivos e Funções

AACILUS

“As associações são o principal elo de ligação com os imigrantes.”

“Nós esclarecemos em relação a regularização, mercado de trabalho e trabalhamos muito na sensibilização: sensibilizações mensais de todo o tipo.”

“Agora a sensibilização e a palestra é a marca da AACILUS.”

BURBUR

“Temos os projectos com a vertente de integração através da cultura. A cultura é a base onde tudo se manifesta. E então nós fizemos este trabalho de divulgação cultural.”

Perspectiva sobre as políticas de integração dos imigrantes

AACILUS

“O programa do governo português é muito feliz. Ele quando institui essas estruturas, ACIDI, a CNAI, ele já prevê que cada comunidade terá as suas especificidades.”

“O programa de integração dos imigrantes do sistema político português tem favorecido a integração de imigrantes e a mudança de mentalidades.”

BURBUR

“O trabalho do ACIDI tem sido um bom trabalho. As associações conseguem desenvolver trabalho graças a isso.”

Principais problemas e dificuldades

AACILUS

“Tive muita dificuldade por conta da interacção e do local. E nós tínhamos já como estratégia e intenção estarmos associados a uma igreja por conta dessas dificuldades do processo do vale. Por exemplo, acontece muito a separação de casais e nos não somos técnicos e assim nos é muito confortável ter aqui uma equipa de ministros que têm alguma preparação teológica e até psicológica para auxiliar, ouvir e aconselhar. Agente tenta resolver o lado prático e esse lado pessoal a gente passa para eles.”

BURBUR

“Falta de espaço físico: a câmara não consegue resolver este problema pois são muitas associações a pedir.”

“Pouco dinheiro e fundos e nós até vamos tendo, mas porque ganhamos noutros sítios.”

Participação: oportunidades e recursos

AACILUS

“Eles participam, têm participado...Tem havido um crescimento, mas é bom que se diga isto, comparativamente com outras comunidades eles (comunidade brasileira) participam menos do que as outras (...). Eu noto que há mais participação quando nos juntamos com outras associações.”

“Mas é gritante a diferença (não imigrantes e imigrantes). No geral, as pessoas que tem essa preocupação cívica e política são sempre a minoria.”

“Têm as mesmas oportunidades, e se não tiver pode reivindicar, mas olha nós tivemos um recuo em termos de oportunidades...No caso do Porto, até 2007, a câmara tinha um papel activo e de dois em dois meses tínhamos reunião lá na câmara, nós os dirigentes”

BURBUR

Não participam nem sei se, se interessam em votar, por exemplo. Acho que são muito desligados de tudo.”

Integração dos brasileiros

AACILUS

“Seguramente deveria haver uma maior tentativa de integração com os portugueses por parte das associações. Nós acreditamos que essa integração se pode dar de duas maneiras: primeiro fazendo ver essa realidade que ele veio por decisão própria e precisa de posicionar-se para usufruir dos benefícios de cá. E por outro lado, trabalhar com os portugueses com projectos, com sensibilizações e palestras.”

BURBUR

“Há associações que dão festas que tudo bem é uma forma de troca de informação. Mas depois fica muito fechado na associação e não há muita ligação com o país onde estão.”

“Eu acho que acaba por não haver tanta integração com a comunidade daqui.”

(Des) igualdades e cidadania

AACILUS

“Se há alguma dificuldade ou desigualdade é por falta de informação. Eu diria que não há discriminação. O que poderia ser feito é na sensibilização porque a (des) informação pode dar a sensação ao imigrante de que existe essa discriminação.”

BURBUR

“É muito difícil falar de igualdade de acesso quando a condição de imigrante já os coloca numa posição desigual. Há depois os vistos diferentes e tu vives em função disso. Há muitas limitações, eu creio.”

“Acho que os imigrantes não são nem se consideram cidadãos de plenos direitos, apesar de que com os brasileiros há aquele acordo que faz com que eles tenham direitos iguais aos portugueses.”

“Uma coisa é uma lei, que é feita, outra coisa são os serviços. Isto faz com que a lei emitida seja diferente da prática, mas não acho correcto dizer que temos uma má política.”

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação dos resultados em categorias, procuraremos agora discutir sobre alguns aspectos. Um dos dados que nos parece relevante prende-se com os objectivos e funções dos movimentos associativos aqui apresentados. Não obstante o facto de ambas as associações serem reconhecidas pelo ACIDI e clarificarem que se encontram mais direccionadas em termos de objectivos para as comunidades imigrantes de língua oficial portuguesa, ambas têm objectivos e funções claramente diferentes. A AACILUS defende que a sua principal função é informar e sensibilizar para a questão dos direitos e deveres da população imigrante e essa é a sua marca, o que faz com que a possamos considerar como uma associação do domínio mais político-legal (Albuquerque et. al., 2000). Por sua vez, a BURBUR, apresenta-se como uma associação que se caracteriza sobretudo pela organização de actividades como forma de transmitir e conservar a identidade cultural, o que se enquadraria numa intervenção de

domínio cultural (Albuquerque et. al, 2000). Estes domínios de intervenção parecem ser muito diferenciados, contudo parecem-nos igualmente importantes, pelo que consideramos que seria pertinente que ambas as associações fossem mistas em termos de domínios de intervenção de modo a potenciar mais e de melhor qualidade o envolvimento das suas comunidades.

Em termos de integração dos imigrantes, ambos os dirigentes referem que Portugal está capacitado com estratégias favoráveis à integração de imigrantes. De facto, Portugal tem sido apontado como um modelo em termos estruturas políticas de integração e inclusão dos imigrantes (ONU, 2008), o que poderia significar uma elevada participação por parte dos imigrantes, já que os principais factores identificados como explicativos para a participação dos imigrantes são os enquadramentos legais e institucionais desenvolvidos com vista a encorajar os imigrantes a participar (Sardinha, 2007). Contudo, os dirigentes associativos referem que a comunidade imigrante de forma geral, e ainda mais a comunidade imigrante brasileira, não participam e não revelam interesse em participar, apesar das oportunidades de participação que parecem existir. Koopmans, (2004) sugere que as estruturas políticas são oportunidades para estimular, constranger ou bloquear a participação dos imigrantes; contudo, estas oportunidades podem não se concretizar em experiências efectivas de participação, pois existem outros factores que possivelmente influenciarão a participação dos imigrantes. Neste sentido, Nata (2007) realizou um estudo também com dirigentes associativos de minorias cujas conclusões sugerem que o menor envolvimento político dos grupos minoritários prende-se com os seguintes motivos: preocupação principal do imigrante ser o trabalho; o sentido de pertença ao país em que vivem e trabalham é baixo; normalmente esta população vive em condições socioeconómicas baixas o que torna a participação mais difícil, e além disso existem os factores dependentes do local de origem que influenciam a motivação para a participação. Também Zappalà (1999) sugere que a principal preocupação dos imigrantes não se centraria na participação política e cívica, o que parece também ir de encontro a perspectiva dos dirigentes associativos. Assim, parece que não bastam estruturas políticas potencialmente favorecedoras da participação das minorias migrantes sendo que o processo de participação dos imigrantes deve ser explicado com base num modelo que tenha em conta quer os recursos individuais, quer as estruturas sociais facilitadores, bem como a interacção com outras pessoas ou organizações que possam de algum modo activar o

processo e facilitar a participação em estruturas sociais colectivas (Vogel, & Triandafyllidou, 2005).

5. CONCLUSÕES

Do nosso ponto de vista, os dados obtidos não são suficientes para compreender os motivos que levam a participação ou à não participação da comunidade imigrante brasileira motivo pelo qual este estudo precisa de ser aprofundado e desenvolvido. Por outro lado, este estudo não é, nem pretende ser representativo das associações de imigrantes, tendo apenas o objectivo de representar a perspectiva dos respectivos líderes associativos entrevistados e com isso aceder as perspectivas de sujeitos que pela sua posição estão em contacto directo com a comunidade imigrante.

Recentemente tem sido produzido algum conhecimento científico acerca da imigração brasileira mas parece-nos que continua a ter toda a pertinência estudos que visem obter mais conhecimentos acerca dos imigrantes de forma geral, e os imigrantes brasileiros em particular, nomeadamente em termos dos processos que favorecem a participação. Assim, este estudo com carácter exploratório irá dotar-nos de bases para a elaboração de próximos estudos com vista a uma compreensão mais alargada dos processos e factores da participação cívica e política dos imigrantes, bem com as suas concepções de cidadania. Posteriormente será interessante procurar desenvolver comparações e relações entre a perspectiva dos dirigentes associativos e dos próprios imigrantes, nomeadamente em termos da percepção sobre as oportunidades e recurso de participação.

CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA

Isabel Menezes

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 Porto PORTUGAL

imenezes@fpce.up.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, R. (2002). *Dinâmicas Associativas e Comunidades Imigrantes*. In S. Racismo (Ed.). *A Imigração em Portugal. Os movimentos Humanos e Culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo. 366-381

- Albuquerque, R., Ferreira, L., Viegas, T. (2000): *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Curtice, J. (2005). Turnout: electors stay home – again. In P. Norris & C. Wleizien (Eds.), *Britain Votes* (pp. 120-129). Oxford: Oxford University Press.
- Derrida, J. (2003). *Vadios*. (Bernardo, F., trad.). Coimbra: Polimage.
- Flick, U. (1998). *An introduction to qualitative research*. London: Sage.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. (Pereira, A. trad.) Lisboa: Monitor.
- Garcia, J.L. (2000). *Portugal Migrante*. Oeiras: Celta.
- Gropas, R., Triandafyllidou, A. (2008). Part I - Migration and Civic participation in Europe - Comparison of 25 country reports on migration and civic participation. *POLITIS Final Activity Report*, Oldenburg, 12-25.
- Hopenhayn, M. (2004). *La juventud en Ibero América. Tendencias y urgencias*, Chili: CEPAL.
- Koopmans, R., (2004). Migrant Mobilisation and Political Opportunities: Variation Among German Cities and a Comparison with the United Kingdom and the Netherlands. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30, 3, 449–470
- Lages, M. e Policarpo, V. (2003), *Atitudes e Valores Perante a Imigração*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Magalhães, P., Moral, J. (2008). Os jovens e a política. CESOP: Universidade Católica Portuguesa.
- MacFarlane, B. (2005). The disengaged academic: the retreat from citizenship. *Higher Education Quarterly*, 59, 296-312.
- Nata, Gil. 2007. *Diferença Cultural e Democracia. Identidade, Cidadania e Tolerância na Relação entre Maiorias e Minorias*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Ostrom, E. (2000). Crowding out citizenship. *Scandinavian Political Studies*, 23, 1, 3-16.
- ONU (2008). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humano*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

- Padilla, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In Malheiros, J. (Coord.) *Revista Comunidades - A Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, I.P., 1., 113-134
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S., Raybaut, P. (1995). *História de vida. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editoras
- Putnam, R. D. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster
- Sardinha, J. (2007). *Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal*. University of Oldenburg. POLITIS Working paper, 7
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008). *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo*. Departamento de Planeamento e Formação.
- Sonn, C.C. (2002). Immigration Adaptation. Understanding the Process Through Sense of Community. In A. T. Fisher, C.C. Sonn & B.J. Bishop (Eds.) *Psychological Sense of Community. Research, Applications, and Implications*. New York: Kluwer Academic.
- Teixeira A., & Albuquerque, R. (2005) *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*. Report prepared for the European research project POLITIS, Oldenburg
- Verba, S., (1967). Democratic Participation. American Academy of Political and Social Science. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 373, 53.
- Verba, S., Schlozman, K.L. & Brady, H.E. (1995). *Voice and Equality: Civic Volunteerism In American Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Vogel, D., Cyrus, N. (2008). Part III: Civic participation of immigrants – favourable and unfavourable conditions. *POLITIS Final Activity Report*, Oldenburg, 33-40.
- Vogel & Leiprecht, (2008). Part II: Europe as the Positive Other for Immigrants? *POLITIS Final Activity Report*, Oldenburg, 25-32.
- Vogel, D., & Triandafyllidou, A., (2005). Civic activation of immigrants – An introduction to conceptual and theoretical issues. POLITIS-Working Paper. University of Oldenburg. POLITIS

- Zappalà, G. (1999). The phases of the political participation of ethnic minorities in Australian politics. *Journal of Intercultural Studies*, 20, 1, 65-79.
- Zukin, C., Keeter, S., Andolina, M., Jenkins, K. & Delli Carpini, M.X. (2006). *A New Engagement? Political Participation, Civic Life, and the Changing American Citizen*. New York: Oxford University Press